

**PROPOSTA DE RESTAURO E REUSO EM PATRIMÔNIO EDIFICADO  
REMANESCENTE DO PERÍODO COLONIAL*****PROPOSTA DE RESTAURO E REUSO EM PATRIMONIO EDIFICADO  
REMANESCENTE DO PERÍODO COLONIAL***Natalia Siqueira Bassetti<sup>1</sup>Anna Karine de Queiroz Costa Bellini<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda a relevância da preservação do patrimônio histórico e cultural, utilizando como exemplo um sobrado no bairro Centro de Vitória/ES, para o qual será proposto projeto de restauro e readequação do uso como extensão da sede da Superintendência do Iphan no Espírito Santo. Considerando que a preservação não deve ser exclusivamente responsabilidade do poder público, mas sim de toda a comunidade, sendo necessária a participação ativa da sociedade nesse processo, destaca-se ao longo do artigo, a importância das adaptações de edificações históricas para novos usos como meio de promover a interação contínua entre a comunidade e seu patrimônio, mantendo a identidade coletiva e despertando sentimentos de pertencimento. O estado de conservação do sobrado revela uma série de problemas em sua estrutura e acabamentos, sendo assim, o plano de intervenção proposto visa preservar a autenticidade histórica, proporcionar funcionalidade contemporânea e garantir acessibilidade, além de propor a readequação do uso considerando as demandas atuais que o Instituto possui.

Palavras-chave: Patrimônio histórico; Sobrado colonial; Preservação.

**ABSTRACT:** The article addresses the relevance of preserving historical and cultural heritage, using as an example a townhouse in the Centro neighborhood of Vitória/ES, in which a restoration project and readjustment of use will be proposed as an extension of the headquarters of the Iphan Superintendence in E-spirito Santo. Considering that preservation should not be exclusively the responsibility of public authorities, but of the entire community, requiring the active participation of society in this process, the importance of adapting historic buildings to new uses as a means of to promote continuous interaction between the community and its heritage, maintaining collective identity and awakening feelings of belonging. The state of conservation of the house reveals a series of problems in its structure and finishes, therefore, the proposed intervention plan aims to preserve the historical disadvantages, provide contemporary functionality and guarantee accessibility, in addition to providing readjustment of use considering the current demands that the Institute has.

Keywords: Historical heritage; Colonial townhouse; Preservation.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Salesiano - UniSales. Vitória/ES, Brasil. natalia.siqueia@souunisales.br

<sup>2</sup>Centro Universitário Salesiano - UniSales. Vitória/ES, Brasil. annakarinebellini@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O bairro Centro, situado na cidade de Vitória/ES, constitui-se como núcleo fundacional do município e resguarda em sua fisionomia e nas inúmeras construções a memória da cidade. Nele, ainda é possível vivenciar elementos e marcos referenciais da paisagem que até nos dias atuais nos trazem a história e as lembranças significativas e vivas que a cidade carrega desde o seu início.

O patrimônio arquitetônico da cidade de Vitória tem características predominantemente europeias, em função de sua colonização portuguesa, mescladas às influências de origem africana e indígena. Em sua maioria foi submetido ao longo dos anos a intervenções que descaracterizaram as edificações, vias, praças e marcos referenciais da paisagem. Entretanto, apesar das mudanças realizadas, nossa história ainda pode ser contada por meio do patrimônio cultural (SECULT, 2009).

O amplo acervo arquitetônico histórico-cultural do bairro Centro remonta diferentes épocas, entretanto, em se tratando de edifícios do período colonial, existem apenas dois sobrados residenciais remanescentes (IPHAN, 2014).

Um dos edifícios localizados no bairro é a casa de nº197, o sobrado que junto a casa de nº203/205 faz parte do Patrimônio Cultural Edificado “Casas à Rua José Marcelino” tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1967. Trata-se de um conjunto arquitetônico que retrata as duas últimas construções civis residenciais remanescentes do período colonial em Vitória.

Em que pese este importante acervo, um questionamento a ser feito é se os edifícios históricos presentes no bairro são preservados e conservados por seus proprietários, usuários e pelas autoridades competentes. Igualmente importante é compreender se estes imóveis estão ou não sendo utilizados de maneira a agregar positivamente na dinâmica urbana local da comunidade, bem como colaborar com a preservação do imóvel.

O sobrado, objeto do presente estudo, localiza-se em um local privilegiado, em pleno núcleo fundacional e vizinho à sede da Superintendência Estadual do IPHAN, entretanto, se encontra em desuso e em avançado estado de deterioração.

Periodicamente, escolas e instituições realizam visitas guiadas ao centro de Vitória, sendo a sede do Iphan um dos pontos de interesse. Nestas ocasiões, os visitantes conhecem as histórias sobre as duas edificações do período colonial, porém não tem um espaço adequado para as práticas de ensino. Desta forma, observa-se como importante demanda a ser tratada, a adequada recepção aos usuários durante as práticas das ações de educação patrimonial entre outras questões.

A proposta do projeto de restauro do sobrado nº197 visa exemplificar uma boa prática de proposta de restauro por meio de reconversão de uso, resguardando e respeitando a autenticidade da edificação.

O objetivo geral deste artigo é propor um projeto de restauro e readequação, em nível básico, do sobrado nº197 como extensão da sede da Superintendência do IPHAN no Espírito Santo, localizada na edificação vizinha, nº203/205.

Para tanto, os objetivos específicos se dividem em: analisar a edificação na atualidade e suas intervenções no decorrer do tempo; sistematizar, atualizar e/ou produzir dados referentes ao bem, tais como: levantamentos histórico, cadastral e iconográfico, bem como mapeamento de danos e identificação das demandas da sede do IPHAN para definição do programa de necessidades.

O projeto é pensado a fim de que o Instituto ali estabelecido possa ter mais espaços para suas rotinas de trabalho, além da criação de espaços nos quais a própria comunidade e usuários externos possam ter acesso, possibilitando a interlocução/aproximação com o patrimônio. Assim, este patrimônio passa a ser visto não mais como algo distante ou intocável, mas como algo pertencente a todos, vivo e inserido no contexto, na vida e na memória da cidade.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A cidade se torna um lugar de memória quando é tratada como tal. Seu traçado, suas vias, suas paisagens, seus edifícios, tudo se constitui como lugar de memórias. A partir do momento em que o indivíduo observa a cidade se identificando como parte dela, ele cria uma memória e enxerga sentido em sua identidade, entendendo que o seu próprio significado é uma relação entre homem e lugar (Araripe, 2004).

De acordo com Lynch (1960), a memória contribui para o entendimento da cidade. Além de contribuir como uma das formas de entender a imagem da cidade, as recordações de experiências passadas também refletem sobre o significado de patrimônio cultural. Segundo Araripe (2004), a experiência social de cada pessoa é diferente da outra, mesmo se tratando de vivências no mesmo local, são trajetórias diferentes e, talvez em épocas diferentes, sendo assim, cada uma define o que aquilo significou para si, tornando a recordação um patrimônio de sua própria cultura.

Por meio do patrimônio cultural são ensinadas histórias e repassadas memórias do que um dia existiu de uma maneira diferente de como existe hoje. Além disso, o indivíduo de uma cidade pode se ver inserido naquela sociedade de forma que se conecte com a cultura do local através dos bens preservados, sejam os ícones, símbolos ou monumentos instituídos por questões econômicas e políticas (Araripe, 2004).

Dias (2005) sugere que o patrimônio cultural seja dividido em três grupos que, resumidamente são definidos como: os elementos que pertencem a natureza, os que se referem ao conhecimento e por último, tudo o que o homem construiu ao longo de sua existência. De acordo com Brasil (1988):

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 175).

Se nos limitarmos a esse entendimento, o conceito que atende satisfatoriamente as características de um patrimônio cultural edificado se encaixa no terceiro grupo identificado por Dias (2005), ou seja, tudo o que o homem construiu ao longo de sua existência.

O conceito de patrimônio cultural é, portanto, bastante amplo e vem sendo a cada dia expandido. No que tange ao trabalho em tela, o objeto de estudo constitui um bem material imóvel, definido como tangível, que se enquadra no grupo das cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e edificações individuais (BRASIL, 1937).

Reconhecido por sua importância histórica e cultural um bem edificado pode ser tombado pelos poderes da administração federal, estadual ou municipal que tem o objetivo de impedir sua destruição definitiva, mantendo a construção preservada para as gerações futuras (IPHAN, 2014). Entretanto, infelizmente, a instituição da salvaguarda por meio exclusivo do instrumento de tombamento não exime o imóvel do abandono e da degradação, haja visto o crescente número de imóveis protegidos por lei que se encontram péssimo estado de conservação, assim como o objeto do presente estudo.

## 2.1 O USO QUALIFICADO E A SOCIEDADE COMO AGENTES DE CONSERVAÇÃO

A sociedade tem um papel importante quando se trata da preservação do bem de interesse histórico cultural, considerando que é de interesse público a valorização do patrimônio cultural. O comprometimento com o zelo por parte dos usuários é o que permite que sua memória continue viva e as pessoas que o utilizam o valorizem ainda mais (SECULT, 2009).

Não é possível compreender o presente sem olhar para as memórias do passado, a preservação deve ser levada como uma prática cotidiana, fazendo com que os usuários do patrimônio apreciem e valorizem o bem de forma a entender sua importância futuramente (Araripe, 2004).

Tão importante quanto a preservação de um patrimônio por parte da sociedade é o ato de encontrar uma utilidade para ele, no sentido de reinseri-lo à dinâmica urbana. Algo que envolva as pessoas para que se sintam ainda mais responsáveis em atuar presando pela conservação do patrimônio, impedindo que com o tempo e de forma despercebida ele morra e sua importância seja apenas um ato de dever das Instituições de proteção (Araripe, 2004).

O pertencimento auxilia na maneira como a sociedade pode enxergar o bem. Sendo assim, o poder de preservação não cabe apenas ao poder público, mas a todos que constituem a sociedade em que está inserida o patrimônio. Dessa forma, desenvolver maneiras de inserir as pessoas em atividades realizadas no cenário histórico é

primordial para despertar os sentimentos coletivos de conservação e preservação (Rocha; Oliveira; Mussi, 2020).

Com isso, o patrimônio deixa de ser uma edificação que tem que ser preservada pela história do passado a ser contada, mas passa a ser parte da história atual de todos os seus usuários não importando o tempo, fazendo da preservação por parte dos próprios usuários uma ação plena por parte da sociedade e não algo que foi imposto a ela (Araripe, 2004).

Neste cenário, o que garante a valorização de um bem histórico ou artístico é habitá-lo com as condições objetivas e ambientais, sem desvirtuar sua natureza, ressaltando suas características e permitindo seu ótimo aproveitamento, passando-o ao conhecimento e fruição da comunidade.

A adequação de edificações históricas a novos usos capazes de promover a interação de forma permanente entre as comunidades e seus bens preservados faz com que os sujeitos envolvidos se sintam pertencentes àquela história.

Nesse sentido, o patrimônio passa a despertar emoções, ajuda a construir nossa identidade coletiva ou individual. Ao nos enxergarmos usuários e herdeiros deste patrimônio passamos a admirá-lo, valorizá-lo, cuidá-lo, e é nesse sentido que o sentimento de pertença passa a surgir naqueles que se relacionam diretamente com a história local e com o patrimônio.

## 2.2 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO

O termo "restauração" refere-se às intervenções que buscam devolver a eficiência a um produto de maneira geral. Resumidamente, a restauração é definida como o processo metodológico de reconhecimento da obra de arte em sua estrutura física e suas dimensões estéticas e históricas. Essa definição serve de base para orientar os princípios práticos da restauração, que visam preservar e transmitir a obra respeitando sua essência e sua recepção pela consciência individual (Brandi, 2008).

Há uma grande importância na consistência física de uma obra de arte, destacando sua relevância tanto no reconhecimento da obra como arte, quanto na sua preservação para o futuro. Isso porque a consistência física de uma obra é o lugar onde a imagem se manifesta. Esse fator garante que a imagem seja transmitida para o futuro e garanta sua recepção na consciência humana. O seu reconhecimento busca preservar a possibilidade de revelação artística para o futuro, e a consistência física desempenha um papel crucial nisso (Brandi, 2008).

Ao restaurar obras históricas é importante buscar métodos de recuperação que causem menos interferência possível no bem. As normas que orientam a preservação do patrimônio histórico não proíbem a adaptação de edifícios históricos para atender às necessidades contemporâneas, desde que sejam respeitados os valores patrimoniais identificados (Pereira; Pereira, 2019).

É crucial atender às necessidades atuais, interferindo o mínimo possível na estrutura histórica, ou seja, promovendo o respeito mútuo à autenticidade e à integridade das edificações (Pereira; Pereira, 2019).

Em relação aos edifícios com valor histórico e cultural, especificamente como o caso do objeto de estudo do presente artigo, há uma preocupação maior em relação ao processo de restauro. Isso porque o cuidado para que o bem não seja descaracterizado de forma a perder sua identidade deve ser encarado como uma das prioridades, visto que neste já foram realizadas intervenções consideráveis. Para tanto, devem ser levados em consideração os elementos arquitetônicos, os materiais e as técnicas utilizadas na época de sua construção, bem como as fases pelas quais o edifício passou ao longo de sua vida útil.

### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se como principais fontes de pesquisa documental arquivos disponibilizados pelo IPHAN, tais como: o processo de tombamento do bem (datado de 1967), levantamentos fotográficos e levantamento arquitetônico realizado no software AutoCad.

O imóvel foi acessado em sua totalidade em três ocasiões, sendo duas destas visitas guiadas por servidores da autarquia durante o expediente, aproveitando a facilidade de acesso proporcionada pelo estágio realizado no próprio Instituto. Nessas visitas, foi possível registrar todos os pavimentos e cômodos da edificação, assim como as fachadas, incluindo a de fundos. Uma terceira visita ocorreu após o expediente de estágio, garantindo o registro minucioso de todos os detalhes da edificação.

Para elaboração do presente projeto de restauro utilizou-se como base a metodologia do “Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural”. O manual, publicado em 2005, integra o conjunto de Cadernos Técnicos do Programa Monumenta (IPHAN) elaborados com a finalidade de consolidar e transmitir os conceitos, normas e preceitos que orientam a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico protegido pela União, considerando o Decreto Lei nº 25 (IPHAN, 2005).

Desse modo, seguindo a metodologia supracitada para o desenvolvimento do projeto, foram necessárias atividades preliminares, quais sejam: identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e por fim, a proposta de Intervenção.

No que tange à etapa de identificação e conhecimento do bem, o Manual estabelece as seguintes sub etapas: Pesquisa Histórica, Levantamento Físico, Análise Tipológica, Identificação de Materiais e Sistema Construtivo. A segunda etapa, que corresponde ao Diagnóstico, contou com a realização do Mapeamento de Danos e Análises do Estado de Conservação do bem. Conclui-se com a Proposta de Intervenção a partir do desenvolvimento do projeto em nível básico.

Outra etapa importante de identificação do bem também foi realizada, esta se refere à Apresentação e Padronização Gráfica e contou com a Documentação Fotográfica e Iconográfica. Cumpre destacar, que etapas relacionadas às prospecções e ensaios não foram realizadas em função da limitação deste estudo acadêmico.

O mapeamento de danos foi realizado no software *AutoCad* e seguiu a metodologia desenvolvida no livro “Mapa de Danos: diretrizes de representação gráfica em projetos de restauro, de autoria de Achiamé e Hautequestt Filho (2017).

A documentação fotográfica foi sistematizada no software *Microsoft Word* contendo descrições sucintas das manifestações patológicas encontradas atualmente na edificação, permitindo observar o estado avançado de deterioração de alguns materiais, resquícios de vandalismo e degradação de elementos estruturais, entre outras.

A partir de análises das demandas e rotina da sede atual do IPHAN, foi definido o programa de necessidades e realizado o projeto arquitetônico em nível básico. O software utilizado para desenvolver o projeto foi o *SketchUp* e as pranchas técnicas foram desenvolvidas no *Layout* em escalas indicadas.

Algumas imagens (de fontes externas ou de acervo pessoal) foram editadas com informações adicionais para melhor interpretação. O software utilizado foi o *Adobe Photoshop*.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta etapa, busca-se apresentar os dados obtidos durante o estudo realizado sobre a edificação. Em resumo, foram sistematizadas as informações de forma clara, buscando fornecer uma análise crítica dos resultados, essencial para a elaboração da proposta de intervenção.

### **4.1 IDENTIFICAÇÃO E CONHECIMENTO DO BEM EM ANÁLISE**

A etapa de identificação e conhecimento do bem busca compreender os aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais e técnicos da edificação, assim como seu significado contemporâneo e sua evolução ao longo do tempo, destacando seus princípios e méritos que garantiram o bem como um patrimônio cultural (IPHAN, 2005).

A edificação em estudo está localizada na Rua José Marcelino, nº 197, Centro de Vitória, na região conhecida como Cidade Alta. A edificação, assim como sua vizinha (sede do IPHAN), são edificações coloniais, enquanto as demais constituem um conjunto em sua maioria eclético. As edificações ao longo da rua têm gabarito semelhante, de 02 pavimentos, o que garante uma ambiência volumétrica harmônica ao conjunto.

Figura 01 – Mapa de localização



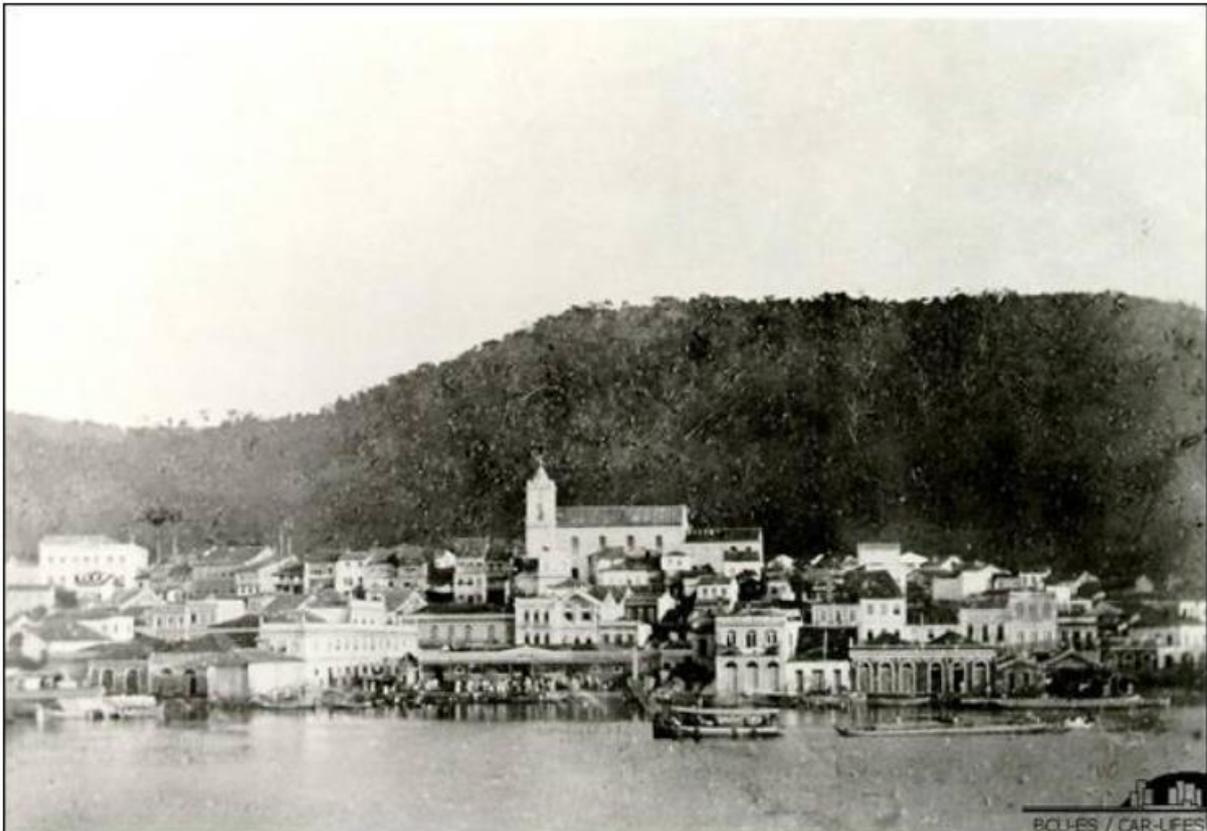
Fonte: Imagem do Google Earth editada pelas autoras (2023).

#### 4.1.1 Levantamento histórico

A pesquisa histórica tem como principal objetivo a organização de informações provenientes de fontes arquivísticas, bibliográficas e orais, com a finalidade de alcançar uma compreensão mais aprofundada da edificação ao longo do tempo, concentrando-se no conhecimento de sua origem e desenvolvimento histórico. Nessa fase, torna-se imperativo explorar minuciosamente diversos aspectos, tais como os políticos, socioeconômicos, técnicos e artísticos, que possam, de maneira direta ou indireta, estar vinculados ao progresso histórico do bem, conforme delineado pelas diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2005).

As residências contemporâneas a edificação em estudo não resistiram ao tempo e a exiguidade de monumentos ou edifícios que testemunham as edificações de Vitória colonial é perceptível. Segundo Derenzi (2019), suas formas eram simples, apresentavam falta de expressão e desproporção.

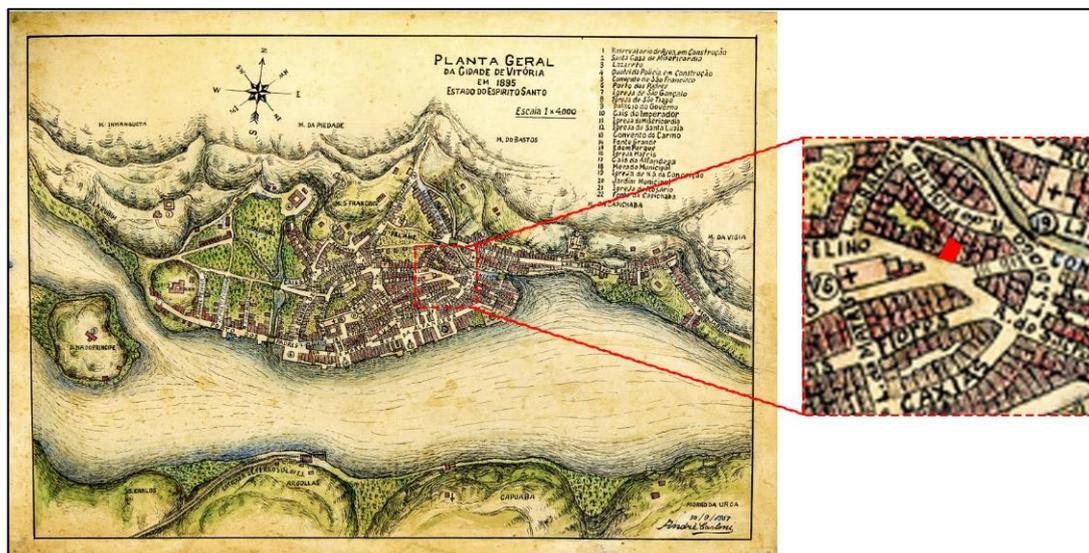
Figura 02 – Aparência de Vitória a partir da Baía, em 1884. Fotografia: Marc Ferrez



Fonte: Biblioteca Central da universidade Federal do Espírito Santo – UFES (1884).

As janelas eram do tipo guilhotina, caracterizadas por serem escuras e desprovidas de venezianas. Além disso, apresentavam sacadas ornamentadas com grades de ferro batido e detalhes decorativos, incluindo vidros coloridos. A construção de conventos na região foi escassa, realizada tanto por ordens religiosas quanto por devoção popular, resultando em obras modestas e valiosas. No entanto, essas construções representam apenas uma parcela limitada e modesta no âmbito da arte de edificação de origem europeia (Derenzi 2019).

Figura 03 – Planta geral da cidade de Vitória em 1895, desenho de André Carloni e detalhe ampliado com localização do sobrado nº 197.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, editado pelas autoras (1895).

O setor no Centro de Vitória conhecido como "Cidade Alta" possui sua localização geográfica elevada em relação ao restante da cidade, sendo uma expressão utilizada para descrever áreas urbanas em níveis mais altos.

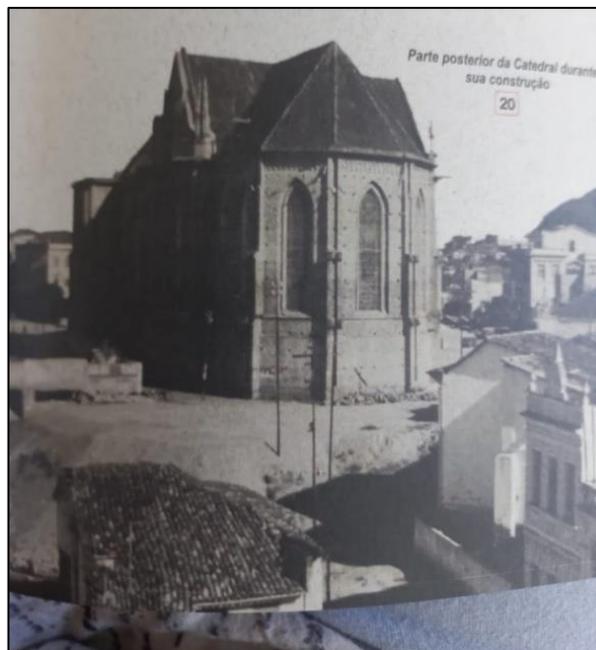
A área da Cidade Alta era subdividida em quarteirões de forma irregular, tendo como elementos de destaque o Colégio e a Igreja dos Jesuítas, atualmente conhecido como Palácio Anchieta. Este edifício está estrategicamente localizado no ponto mais elevado da cidade, nas proximidades da baía, conforme mencionado por Derenzi (2019).

Outro relevante ponto de referência na paisagem urbana era a antiga Igreja Matriz, cujo processo de demolição foi registrado em 1918, conforme relato de Canal Filho (2010). Essa ação visava abrir espaço para a construção da atual Catedral Metropolitana de Vitória.

O sobrado de número 197, localizado na área posterior do antigo templo, desempenhou um papel resiliente ao longo do tempo, testemunhando as notáveis transformações que ocorreram em seu entorno imediato em decorrência da construção da catedral.

A atualmente denominada rua José Marcelino tem suas raízes na antiga rua Grande, que em um determinado período também foi conhecida como rua Santa Luzia, nome advindo da localização da Capela de Santa Luzia na região. Esta via representa uma das mais antigas da cidade e, em épocas passadas, ganhou destaque por ser uma das mais renomadas, especialmente devido ao funcionamento do ateneu conduzido pelo professor de gramática Aristides Barcelos Freire. Este erudito, figura de significativa importância para a juventude local até os anos 1920, destacou-se não apenas como educador, mas também como jornalista e teatrólogo, conforme ressaltado por Derenzi (2019).

Figura 04 – Fachada de fundos da Catedral Metropolitana de Vitória. À direita, abaixo, a atual sede do IPHAN e o sobrado nº 197.



Fonte: Canal Filho (2010).

Segundo Elton (1999), dois exemplares dos sobrados coloniais ainda permanecem: o sobrado nº 197, onde funcionou por muitos anos a Sociedade de São Vicente de Paulo e o sobrado nº203/205, sede atual do IPHAN, que abrigava a escola particular do professor Amâncio Pereira, quando ali morava.

Figura 05 – Registro antigo da fachada das casas 197 e 203/205



Fonte: Acervo IPHAN (s/d).

A Sociedade São Vicente de Paulo era um movimento leigo cristão voltado à prática da caridade, por meio da assistência de famílias e pessoas carentes de bens e serviços socioassistenciais das comunidades existentes ao redor de uma paróquia (LANZA; SILVA, 2010). As fontes pesquisadas não mencionam o período no qual a edificação abrigou o referido uso e tão pouco se foi construída para tanto. No entanto, fotos antigas atestam a informação.

Figura 06 – Fachada principal da edificação



Fonte: Acervo SEDEC/GPU/CRU (s/d).

De fato, pouco se sabe sobre a história da edificação em estudo. Infelizmente o inventário do imóvel, constante do processo de tombamento, não menciona dados relevantes sobre sua evolução histórica.

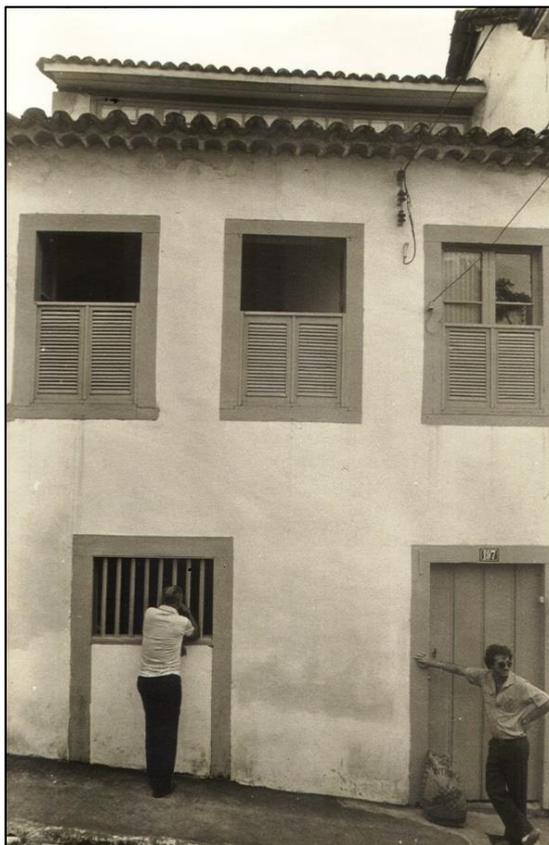
Não há registros da data de construção da casa nº 197, entretanto, por suas características arquitetônicas é reconhecível que a edificação é remanescente do período colonial (SECULT, 2009). A edificação possui três pavimentos acima do nível da rua e um pavimento no subsolo, possui o telhado com telhas coloniais e as paredes externas são de pedra argamassada.

Por sua relevância arquitetônica enquanto remanescente do período colonial capixaba a edificação foi tombada pelo IPHAN no ano de 1967, juntamente com sua vizinha,

sendo ambas reconhecidas como Patrimônio Cultural Edificado - “Casas à Rua José Marcelino”.

Há algumas décadas o imóvel encontra-se desocupado, fato que tem contribuído para seu atual processo de degradação. Hoje está sob a guarda do IPHAN que vem empreendendo esforços para devolvê-lo à dinâmica urbana por meio de um novo uso.

Figura 07 – Fachada principal da edificação



Fonte: Acervo QUADRANTE (1985).

#### 4.2.1 Levantamento físico e fotográfico

Compreende a análise das atividades de leitura e conhecimento da forma da edificação por meio de vistorias e levantamentos, os quais são representados de maneira gráfica e fotográfica, como por exemplo o levantamento cadastral, em que neste se enquadram as plantas de situação, locação, baixas, de cobertura, fachadas e cortes. Além da documentação fotográfica que visa compreender a edificação através de registros em seu estado atual (IPHAN, 2005).

A modelagem das casas nº197 e nº 203/205 foi realizada no software Sketchup. No entanto, para alcançar o resultado em modelagem 3D, foi utilizado como base o levantamento existente no acervo do Iphan, produzido no software AutoCad, de autoria da empresa AL - América Latina Engenharia, realizado no ano de 2020.

Foi realizado um relatório fotográfico atual com descrições das manifestações patológicas encontradas na edificação. A maior parte das imagens registradas no

relatório foram feitas a partir de visitas ao bem realizadas no horário comercial junto ao arquivista/bibliotecário e servidor do Iphan Antônio Carlos C. dos Santos, no dia 04 de dezembro de 2023.

Por meio do relatório é possível observar muitos resquícios de sujeira, degradação de materiais, vestígios de prospecções arqueológicas realizadas, depredação de esquadrias indicando vandalismo, umidade crescente em vários pontos, entre outras questões, devidamente detalhadas no APÊNDICE A, disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QYG-7vDnm6M56mYWIYPhjNlyYiHqqWLz/view?usp=sharing>

#### **4.2.3 Análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo**

Nesta etapa é fundamental obter o maior conjunto de informações possível sobre a edificação, baseando-se nos resultados das etapas anteriores (levantamento histórico, físico e fotográfico). A partir desta base de dados será desenvolvido um relatório conclusivo sobre as atividades anteriores. Se incluem neste relatório as conclusões referentes à descrição arquitetônica da edificação, uma avaliação do conjunto com indicação de suas interferências ao decorrer do tempo e análises e considerações do bem em relação ao seu entorno (IPHAN, 2005).

##### **4.2.3.1 O sobrado residencial colonial e a análise tipológica da casa nº 197**

De maneira mais abrangente, as residências remanescentes do período colonial no Brasil, localizadas nos perímetros das vilas, eram implantadas ao longo de vias estreitas com seu alinhamento lateral definido pelas próprias casas vizinhas, em terrenos também estreitos (Reis Filho, 2004).

A maioria das edificações eram térreas ou sobrados, construídos rente ao alinhamento das vias públicas. Desta forma, não possuíam afastamentos frontais ou laterais e tinham telhados de duas águas, para o escoamento da água na via ou no espaço dos fundos das casas (Reis Filho, 2004).

Através das fachadas era possível observar se a casa foi habitada por famílias de classe mais alta, considerando a presença de elementos que eram usados para demonstrar poder econômico, como vidro, eira, beira, além do segundo pavimento (Reis Filho, 2004).

Internamente, a disposição dos ambientes também dispunha dos aspectos típicos das residências portuguesas. A loja no térreo, na parte frontal da casa, era utilizada considerando o aproveitamento da entrada pela rua. Os cômodos nos fundos eram de uso dos serviços e permanência das mulheres. Já os cômodos no sobrado, eram utilizados como quartos da família (Reis Filho, 2004).

O objeto de estudo em muito se assemelha a estas características típicas de sobrados coloniais brasileiros.

O terreno em que a casa nº 197 se encontra é estreito e a implantação da edificação não possui recuos laterais, tendo sua construção sobre o alinhamento da via. Sua volumetria é de dois pavimentos visíveis da rua, além do subsolo que é possível

observar pelo espaço dos fundos do terreno e do pavimento sob a cobertura em água furtada.

O telhado é composto por duas águas não embutidas, além da água furtada, estrutura em madeira e telha colonial. Observa-se vestígios de elementos tipicamente coloniais como eira e beira em sua fachada frontal.

Em relação à fachada, a casa não apresenta detalhes mais elaborados, sendo isenta de adornos. Os vãos têm vergas retas e esquadrias de madeira no térreo e madeira com veneziana e vidro nos pavimentos superiores.

No interior da residência, foram realizadas algumas intervenções para adaptação aos usos posteriores que destoam do estilo colonial original. Entre elas pode-se destacar: a instalação de uma estante vazada, localizada no térreo, adicionada para reforçar a estrutura devido ao acréscimo de ambientes no 1º pavimento e a inserção de telhas de fibrocimento, visíveis na fachada dos fundos.

A fachada de fundos é ainda mais simplificada que a fachada frontal. A análise das plantas baixas sugere uma ampliação na parte dos fundos para adaptação da residência. A ausência do projeto original, bem como dos projetos modificativos impossibilita afirmar quando e por que as alterações foram realizadas.

Figura 06 – Aspecto atual das fachadas frontal e de fundos da casa nº 197



Fonte: Acervo pessoal (2023).

No que tange ao sistema construtivo, observa-se a presença de paredes externas autoportantes em pedra argamassada e paredes internas de bloco cerâmico, estuque e de madeira.

No que se refere aos materiais construtivos, verifica-se que parte dos revestimentos internos foi substituído. Quanto aos pisos verifica-se a utilização de pisos em concreto no subsolo, concreto e cerâmico (nas áreas molhadas) do térreo e em madeira nos dois pavimentos superiores. Em relação aos forros, observa-se a presença de laje de concreto sem forro no subsolo, o uso de madeira no térreo e no 1º pavimento. O segundo pavimento não possui forro.

A exceção dos ambientes 03 e 04, localizados no térreo, cujas paredes são revestidas com cerâmica, e as paredes em madeira, os demais ambientes são rebocados e pintados.

O sistema construtivo e os revestimentos levantados na edificação foram devidamente mapeados por ambiente, conforme pode ser verificado no APÊNDICE B, disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1IRTaKxDwPDSH4ow6nJcj8KZcTcy4afdK/view?usp=sharing>

Segundo Secult (2009), com o passar do tempo os dois sobrados coloniais localizados à Rua José Marcelino passaram por diversas intervenções que descaracterizaram e apagaram suas formas originais.

A mesma fonte afirma ainda que é possível perceber que as intervenções foram realizadas principalmente no interior da edificação, onde é possível observar características que destoam do costume da época no período colonial. Entretanto, a fachada ainda possui boas evidências de como poderia ter sido, considerando sua singularidade como um dos principais motivos de ter seu valor arquitetônico reconhecido (SECULT, 2009).

## 4.2 DIAGNÓSTICO

Esta é a fase de consolidação dos estudos e pesquisas que foram realizadas com o intuito de aprimorar o entendimento do objeto de estudo analisando minuciosamente seus problemas ou interesses relacionados a utilização do bem. A integração das informações providas nas etapas anteriores com esta etapa, resulta no diagnóstico. (IPHAN, 2005)

Em função da limitação deste estudo acadêmico, para a elaboração do projeto desenvolvido, o diagnóstico foi composto apenas pelas etapas de Mapeamento de Danos e Análise do Estado de Conservação.

### 4.2.1 Mapeamento de danos das fachadas

De acordo com Achiamé e Hautequestt Filho (2017) o mapa de danos é uma ferramenta utilizada para compreender e documentar os danos presentes em um determinado edifício. Ele serve como uma etapa preliminar para identificar as patologias que afetam a estrutura, fornecendo informações essenciais para a próxima fase do processo, que é a apresentação das melhores soluções de restauração.

As orientações fornecidas por Achiamé e Hautequestt Filho (2017) para a representação gráfica em projetos de restauro destacam que cada patologia

identificada no mapa precisa ser tratada de maneira eficaz durante o processo de restauração. A identificação correta das patologias no mapa de danos é crucial. Identificar erroneamente uma patologia pode resultar em problemas futuros e variados no resultado do tratamento durante o restauro.

No memorial descritivo do projeto de restauro, Achiamé e Hautequestt Filho (2017) destacam uma lista que detalha os processos de restauração. Esta lista oferece sugestões específicas de procedimentos para tratar cada tipo de dano identificado no mapa. É enfatizado que não se deve generalizar as soluções, sendo necessário cada caso ser analisado individualmente, pois diferentes edifícios e contextos podem exigir abordagens distintas, mesmo que enfrentem a mesma patologia.

O mapeamento de danos do objeto em estudo foi realizado tomando-se como base o levantamento físico da edificação, disponibilizado pelo IPHAN e desenvolvido pela empresa AL - América Latina Engenharia, no ano de 2020, associado às informações levantadas durante as visitas técnicas realizadas durante os meses de maio a dezembro de 2023.

A indicação dos danos das fachadas seguiu a metodologia desenvolvida no livro “Mapa de Danos: diretrizes de representação gráfica em projetos de restauro, de autoria de Achiamé e Hautequestt Filho (2017). Para tanto, foram utilizados registros fotográficos disponibilizados no acervo do Instituto e autorais.

Na prancha de representação das fachadas, consta além dos desenhos e indicações das patologias, imagens que também estão presentes no relatório fotográfico, apenas para melhor visualização do estado em que a edificação se encontra. O material gráfico é acompanhado de legenda indicativa das patologias encontradas nas fachadas do sobrado, quais sejam:

- Alteração cromática, mancha ou pátina: variação de cor da superfície do material;
- Crosta negra ou sujidades: Enegrecimento progressivo da superfície do edifício, principalmente de relevos, devido ao acúmulo de partículas de poeira ou de poluição atmosférica que, em contato principalmente com a água da chuva, vão se incrustando no substrato;
- Desagregação ou erosão: Desgaste do material principalmente, por ação de agentes físicos causando sua paulatina desagregação;
- Descascamento ou esfoliação: Destacamento espesso de uma ou mais camadas do substrato superficial que se manifesta normalmente na pintura ou no reboco, mas que também pode ocorrer em outros materiais;
- Descolamento ou destacamento: Separação do material da superfície original;
- Interferências de elementos não pertencentes a construção original: tudo o que foi inserido na edificação posteriormente a sua construção, como por exemplo, aparelho de ar condicionado, cobertura, luminárias, instalações hidrossanitárias ou elétricas inadequadas, esquadrias, paredes, etc.;
- Perda de material ou lacuna: Perda de elementos;
- Presença de vegetação: Presença de vegetação, não prevista, na edificação.

- Umidade ascendente: Umidade procedente do solo que sobe pelas paredes em função da atração capilar dos materiais podendo chegar até a um metro de altura, levando à degradação de alvenarias, estruturas, pisos, rodapés, rebocos e pintura;
- Umidade descendente: Umidade advinda da parte superior da construção;
- Vandalismo: Destruição ou avarias feitas por pessoas em edificações que podem ser pichações, quebra de vidros, remoção de materiais, etc.;
- Fissuras, trincas e rachaduras: Formação de pequenas fendas ou sulcos resultantes das tensões dos materiais quando a sollicitação é maior que a sua resistência.

#### **4.2.2 Análises do Estado de Conservação do bem**

Esta etapa de análise do estado de conservação do bem envolve uma avaliação abrangente das condições físicas, estruturais e funcionais da edificação. Isso inclui a identificação de danos, desgastes e falhas que possam comprometer a integridade do objeto de estudo.

##### **4.2.2.1 Avaliação do Estado de Conservação dos Materiais**

Nesta etapa de avaliação, foi necessário analisar as anomalias nos materiais utilizados na construção do bem, identificando quaisquer problemas existentes nas paredes, pisos, tetos, telhados, esquadrias, ferragens, revestimentos e em outros elementos específicos. (IPHAN, 2005)

Tendo como base as plantas baixas de todos os pavimentos, foi realizado o mapeamento indicando as manifestações patológicas nas áreas internas da edificação. O mapeamento de danos interno também seguiu a metodologia desenvolvida por Achiamé e Hautequestt Filho (2017).

Em relação aos ambientes internos da edificação, foram representadas em plantas baixas no mapa de danos simbologias em cada ambiente com letras A, B, C e D referentes respectivamente aos revestimentos analisados:

**A:** Teto/forro;

**B:** Rodapé;

**C:** Piso;

**D:** Paredes existentes. Há uma legenda do material de cada uma em formato de hachuras, onde são facilmente identificáveis.

Os números 1, 2, 3 e 4 identificam os diferentes tipos de cada um dos revestimentos acima mencionados.

Para identificar o estado de conservação dos materiais, adotou-se cores diferentes para cada grau de classificação, seguindo a metodologia de Achiamé e Hautequestt Filho (2017), na qual:

- **Azul escuro:** O material está em **bom** estado, ou seja, demonstra integridade física e estética, apresentando pequenos danos passíveis de correção com ações de conservação preservativa. Em nenhum dos ambientes foi possível identificar materiais em bom estado.
- **Azul claro:** Refere-se ao material em estado **regular** de conservação, sendo assim, demonstram pequenos danos que comprometem a integridade física e estética, requerendo ações pontuais de consolidação e/ou reposição. Foram identificados que em todos os ambientes do pavimento térreo possuem materiais neste estado de conservação.
- **Verde:** Demonstram que o material está em estado **ruim** de conservação, ou seja, demonstram danos significativos à integridade física e estética, requerendo obras e serviços de restauração para garantia da estabilidade, características e qualidades do edifício. Foi constatado que dos 16 ambientes existentes hoje, em 11 os materiais apresentam este estado de conservação, frisando ainda mais a necessidade do projeto de restauro para o bem tombado.
- **Amarelo:** Consta que o material está em **péssimo** estado de conservação, sendo assim, os materiais demonstram danos críticos que significam perdas da maior parte ou de todo registro, requerendo obras e serviços de reconstrução para recuperação da estabilidade, características e qualidades do edifício. Através do mapa, percebe-se que além do ambiente de entrada no pavimento térreo, todos os ambientes do 2º pavimento também possuem materiais em péssimo estado de conservação.
- **Laranja:** O material está em estado de **arruinamento**, ou seja, partes dos materiais daquele ambiente já estão arruinados e devem ser feitas ações emergenciais para estabilizar e neutralizar o processo de arruinamento do bem. Nenhum ambiente está em com materiais em estado de arruinamento até o presente momento.
- **Vermelho:** O material já está **arruinado**, sendo assim, a reconstituição do bem se torna inviável. Nenhum ambiente está com materiais em estado de arruinamento até o presente momento, tornando ainda possível o processo de restauro.

O mapeamento de danos das fachadas, bem como dos ambientes internos encontra-se disponível no APÊNDICE B, acessado a partir do link: <https://drive.google.com/file/d/1IRTaKxDwPDSH4ow6nJcj8KZcTcy4afdK/view?usp=sharing>

Os pisos cerâmicos no térreo foram adicionados em fases posteriores e apresentam manchas de sujidade. Nas paredes, o revestimento cerâmico apresenta trincas, especialmente nas junções de alvenarias, e algumas placas têm pedaços faltando. No geral, as placas cerâmicas parecem bem aderidas ao substrato, sem sinais de estarem soltas ou ocas.

Os forros de madeira nos pavimentos térreo e primeiro andar estão sujos e desgastados. A madeira usada no forro do ambiente 01 é diferente da usada em outros lugares. Os barrotes usados no forro do ambiente 01 também são parte do piso nos ambientes de 08 a 10. No ambiente 11, observa-se luz do térreo através do piso, o que sugere que os barrotes estão curvados ou envergando.

As paredes, em sua maioria, apresentam trincas devido ao desgaste do revestimento de tinta aplicado. Em alguns pontos, especialmente nas junções entre alvenarias, as trincas são mais evidentes. No que diz respeito às manchas existentes nas paredes, as áreas mais afetadas por infiltração se concentram no pavimento do subsolo e nas

fachadas, onde há vestígios tanto de umidade ascendente quanto de umidade descendente.

#### 4.2.2.2 Avaliação do Estado de Conservação do Sistema Estrutural:

Nesta avaliação, é fundamental a análise de como se comportam os elementos estruturais presentes na edificação, como os pilares, as vigas, o sistema de cobertura e, se possível for, analisar o tipo de fundação e qual o seu estado atual (IPHAN, 2005).

A partir das visitas técnicas realizadas, foi possível identificar que as alvenarias autoportantes de pedra argamassada da época de sua construção estão em bom estado de conservação, sem revelar danos que comprometem a integridade estrutural do bem, apesar de apresentarem muitos vestígios de sujidade, fissuras e destacamento do revestimento.

As demais paredes de estuque, de tijolo cerâmico e madeira são exclusivamente elementos de vedação e encontram-se em regular estado de conservação, considerando que apesar de apresentarem danos significativos a integridade física e estética, em sua maioria precisam de reparos pontuais externos, como refazer o substrato existente.

De maneira geral, os barrotes de madeira do piso do primeiro pavimento encontram-se em estado aparentemente ruim por apresentarem manchas de sujidade, degradação e umidade. Apesar disso, o sistema estrutural não apresenta indícios de arruinamento nas peças, se tornando possível a realização de tratamento contra xilófagos, impermeabilização e reforço na estrutura de todo o forro considerando que irá suportar cargas maiores no pavimento acima.

No pavimento do subsolo, percebe-se que o pilar em pedra argamassada não apresenta nenhum tipo de dano visível a ponto de sugerir uma recuperação estrutural mais profunda.

A estrutura de madeira da cobertura está em bom estado de conservação, entretanto, pode ser necessária a instalação de reforço para garantir um melhor suporte, considerando que há apenas uma única estrutura vertical em madeira no centro do ambiente que, aparentemente, serve de apoio para o telhado. Observa-se a ausência de impermeabilização da cobertura.

O sistema de cobertura no térreo e 1º pavimento, visível dos fundos da edificação, é em madeira com cobrimento em telha de fibrocimento. Apesar de não apresentarem danos estruturais evidentes a olho nu, as telhas são elementos espúrios que descaracterizam a edificação.

O sobrado possui três escadas de madeira, sendo uma que conecta o térreo ao subsolo, outra do térreo para o 1º pavimento e uma terceira do 1º pavimento para o 2º pavimento. Todas estão em estado de conservação ruim, com sinais visíveis de ataque de xilófagos, manchas de umidade, mofo e sujidade.

#### 4.2.2.3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Realizar um programa de necessidades de um projeto é de extrema importância por ser um passo fundamental na concepção e desenvolvimento de projetos arquitetônicos. Este processo mostra uma visão clara das demandas específicas e requisitos funcionais que devem ser atendidos, garantindo que o projeto seja realizado de maneira apropriada.

Neste caso não foi diferente. Abaixo, foram sistematizados os ambientes existentes na atual sede do IPHAN, bem como o programa de necessidades desejado para o edifício, considerando sua ampliação a partir da incorporação do sobrado nº 197. O novo programa de necessidades leva em consideração a vivência no período de estágio no Instituto e o conhecimento nas demandas existentes, resultando no quadro a seguir:

Quadro 01 – Programa atual x Programa de necessidades para a nova sede do IPHAN

<b>Programa atual</b>	<b>Programa de necessidades</b>	
<b>Casa 203/205</b>	<b>Casa 203/205</b>	<b>Casa 197</b>
<b>Subsolo</b>	<b>Subsolo</b>	
Almoxarifado	Almoxarifado	Biblioteca/Atendimento
Refeitório	Refeitório	Área externa de vivência/leitura
Copa	Copa	<b>Térreo</b>
Sala da arqueologia 01	Sala de descanso/funcionários	Recepção interativa
WC PCD	WC PCD	Acervo da biblioteca
<b>Térreo</b>	<b>Térreo</b>	Depósito
Recepção	Recepção	<b>1º pavimento</b>
Sala de reunião	Sala de reunião	Sala da arqueologia 01
Sala do Imaterial 01	Sala de arquivo/Atendimento	Sala da arqueologia 02
Sala do Imaterial 02	Sala do arquivista	Sala do imaterial
Copa	Acervo dos arquivos 01	<b>2º pavimento</b>
Sala da arqueologia 02	Copa	Sala da chefia da divisão técnica
WC unissex	Sala do bibliotecário	
Biblioteca	WC unissex	
<b>1º pavimento</b>	<b>1º pavimento</b>	
Sala da arquitetura	Sala da arquitetura	
Administrativo	Administrativo	
Secretaria	Secretaria	
Gabinete	Gabinete	
WC do gabinete	WC do gabinete	
WC masculino	WC masculino	
WC feminino	WC feminino	
Sala de arquivos	Acervo dos arquivos 02	

Fonte: Acervo pessoal (2023).

A intervenção no sobrado colonial visa preservar sua autenticidade histórica, proporcionando funcionalidade, contemporaneidade e acessibilidade.

No térreo, onde foram realizadas prospecções arqueológicas no piso de madeira. Face ao exposto, existe a necessidade de avaliar quais peças passarão por restauração e quais serão substituídas. Tem-se como prioridade restaurar a maior parte do piso do primeiro ambiente que será destinado a uma segunda recepção da sede, conectada à existente na casa 203/205 por meio de um vão.

Para garantir a acessibilidade, propõe-se a instalação de uma plataforma elevatória que percorrerá os dois ambientes superiores.

Ainda no térreo, propõe-se que as paredes em bloco cerâmico construídas a posteriori sejam retiradas, possibilitando a implantação do acervo da biblioteca. Este ambiente conectado à sede atual do IPHAN, proporcionará acesso irrestrito à sala do bibliotecário no outro edifício. O acervo da biblioteca se conecta também ao subsolo, destinado às pesquisas internas, com acesso a uma área externa nos fundos do terreno, busca garantir uma área propícia para atividades ao ar livre e acolhimento de pesquisadores e estudantes.

No primeiro pavimento, foram distribuídos outros dois setores da divisão técnica (arqueologia e imaterial), considerando que o setor da arquitetura continuará na casa 203/205. Este pavimento também passará por demolições, quais sejam: os banheiros construídos em bloco cerâmico e as paredes de vedação em madeira, intervenções posteriores e que não agregam valor à edificação, buscando melhor aproveitamento do espaço. As paredes em estuque do corredor e de um dos ambientes serão mantidas, assim como as esquadrias internas serão restauradas.

No segundo pavimento, propõe-se que o único ambiente existente seja destinado a uma sala para a chefia da divisão técnica, considerando seu amplo espaço, além de iluminação e ventilação naturais. Neste caso, propõe-se a interligação deste pavimento ao edifício da sede atual, para garantir fácil acesso da chefia com os outros setores.

Em linhas gerais, a proposta indica o tratamento e pintura das paredes com tinta mineral branca, e das esquadrias em tom azul. Indica-se a realização de prospecções para confirmação das tonalidades especificadas.

Orienta-se ainda a manutenção das escadas e do piso de madeira originais, a serem devidamente restaurados, e inclusão de piso vinílico amadeirado nos ambientes cujos pisos sofreram alteração. A proposta visa harmonizar a preservação histórica com a modernização funcional do sobrado, garantindo a integridade estrutural e estética, ao mesmo tempo em que promove a acessibilidade e a adaptação dos espaços para que atenda as demandas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O projeto de restauro completo pode ser consultado no APÊNDICE C disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13emS-EbR1faEHm5t4BYOayYQLshtOQ7F/view?usp=sharing>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto de intervenção no sobrado colonial do bairro Centro em Vitória/ES representa um esforço significativo na preservação do patrimônio histórico e cultural. Ao longo do artigo, a importância da conexão entre cidade e memória é enfatizada, ressaltando como a preservação é fundamental para compreendermos nossa identidade coletiva.

A abordagem adotada no projeto enfatiza a responsabilidade compartilhada na preservação do patrimônio, indo além das instituições públicas e envolvendo ativamente a comunidade. A proposta de adaptação do sobrado para novos usos voltados para as demandas do IPHAN, mantendo sua autenticidade histórica, demonstra uma abordagem equilibrada entre a preservação do passado e a necessidade de funcionalidade contemporânea.

A análise detalhada do estado de conservação do sobrado evidencia os desafios enfrentados, desde problemas estruturais até danos nos acabamentos. O planejamento cuidadoso, considerando cada detalhe, é crucial para garantir a preservação da essência do sobrado, enquanto se promove a acessibilidade e a modernização funcional.

A metodologia adotada no projeto, alinhada ao "Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural," evidencia a seriedade e o comprometimento na condução da intervenção. A proposta de restauração não se limita apenas à recuperação física, mas também busca integrar o sobrado à vida cotidiana da comunidade. A criação de espaços para acervo, pesquisa e interação destaca a intenção de transformar o sobrado em um ponto de referência vivo, onde a história local seja acessível e relevante para todos.

Em síntese, o projeto de intervenção no sobrado colonial representa um passo significativo na preservação do patrimônio histórico e cultural, adotando uma abordagem abrangente que une passado, presente e futuro. A integração da comunidade neste processo reforça a ideia de que a preservação não é apenas um dever, mas uma construção coletiva de identidade e pertencimento.

## REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Giovanna G.; FILHO, Genildo C.H. **Mapa de Danos: diretrizes de representação gráfica em projetos de restauro**. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. 2017.

ARARIPE, Fátima M. A. **Do patrimônio cultural e seus significados**. Transinformação, 16(2), São Paulo/ES, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/9kRv9WpprV9j5jM5NMNPBSL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Alianza Editorial, 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)> Acesso em: 23 de maio de 2023.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 3ª edição. Vitória/ES: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.

DIAS, Adriana F. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis**. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102001>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória, EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FILHO, Pedro Canal (org). **A Catedral Metropolitana de Vitória**. Vitória: EDUFES, 2010.

HERMANNY, Renata. SECULT – Secretaria de Estado da Cultura. **Catálogo do Patrimônio Arquitetônico**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Espírito Santo: **Bens tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em 23 de maio de 2023.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Espírito Santo. **Livro do Tombo Histórico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/587>> Acesso em: 25 de maio de 2023.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Espírito Santo: **Casas na Rua José Marcelino nº. 203/205 (Sede do Iphan - ES)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1347>> Acesso em 23 de maio de 2023.

IPHAN, Programa Monumenta. **Cadernos Técnicos Nº1**. Brasília, 2005.

LANZA, Fabio; SILVA, Cláudia N. da. **Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?** Dossiê: História e Religiosidades. São Paulo/SP, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/vcpXBL7xGLZkRvLb4wVpkhP/#>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 1ª edição. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1960.

PEREIRA, Alcio da C.; PEREIRA, Alexandre da C. **Obras de Restauro de Prédios Históricos**. 1ª edição. Natal/RN, 2019.

ROCHA, Matheus M.; OLIVEIRA Tarcisio D. de; MUSSI Andréa Q. O papel da sociedade e do poder público no âmbito da preservação patrimonial. **Painel de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo**, Rio Grande do Sul, v. 3 n. 03, p. 3-5, 2023.